

Luiza Cunha Machado

**Impasses na Transmissão Familiar Contemporânea: Reflexos (Para-Além)
da Agressividade na Infância**

Uberlândia

2025

Luiza Cunha Machado

**Impasses na Transmissão Familiar Contemporânea: Reflexos (Para-Além)
da Agressividade na Infância**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Instituto de Psicologia da Universidade Federal de
Uberlândia, como requisito parcial para obtenção
do título de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Profa. Me. Isabela Nunes Pizzotti
Ferreira.

Uberlândia

2025

Luiza Cunha Machado

**Impasses na Transmissão Familiar Contemporânea: Reflexos (Para-Além) da
Agressividade na Infância**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Profa. Me. Isabela Nunes Pizzotti Ferreira.

Banca Examinadora

Uberlândia, 28 de novembro de 2025

Profa. Me. Isabela Nunes Pizzotti Ferreira (Orientadora)
Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

Dra. Layla Raquel Silva Gomes (Examinadora)
Uberlândia, MG

Profa. Dra. Sybele Macedo (Examinadora)
Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

Uberlândia

2025

Agradecimentos

À minha mãe, Fernanda, por ser a pessoa com quem posso dividir tudo, sempre, e por me dar forças para continuar, mesmo quando parece mais fácil desistir dos meus sonhos. Ao meu pai, João, que sempre acreditou em mim e me motivou a entregar meu melhor para o mundo. Aos meus avós, Fernando e Wilma, por terem me acolhido em seu lar e em seus corações desde que eu nasci.

À minha família, que esteve junto comigo em cada passo, me dando suporte e carinho de várias formas. Em especial minha madrinha, Cecília, que sempre cuidou de mim como uma filha, e meus primos, Pedro e André, pela irmandade e cumplicidade desde a infância até hoje.

Às minhas amigas da faculdade, Andressa, Jéssica e Maria Paula, com quem pude cultivar uma amizade verdadeira e especial em um momento em que ainda tinha medo de que a jornada da graduação fosse solitária.

Aos meus amigos da escola, Júlia, Juliana, Laura, Luis Otávio e Marianne, por serem minhas companhias e estarem sempre dispostos a compartilhar os altos e baixos da vida comigo.

Ao meu namorado, João Marcos, que com toda sua leveza me ajudou a atravessar os dias difíceis e estressantes na escrita desse trabalho.

À minha orientadora, Isabela, pelo olhar atencioso desde o primeiríssimo momento, quando apresentei a ideia desse trabalho, pelas considerações valiosas ao longo de todo o percurso e por me guiar generosamente nessa empreitada que tem tanto do meu desejo.

A Katherine, pelo cuidado e paciência que teve comigo enquanto tive o privilégio de ser sua estagiária, e por tudo que me transmitiu sobre a clínica psicanalítica com crianças.

A Margarete, que ao me mostrar que eu estava falando, me permitiu sentir que, falando, eu posso existir – de uma maneira inédita para mim mesma.

À criança que inspirou esse trabalho e à sua família, por terem confiado em mim e desejado junto comigo que um cuidado singular pudesse ter lugar a partir do nosso encontro.

IMPASSES NA TRANSMISSÃO FAMILIAR CONTEMPORÂNEA: REFLEXOS (PARA-ALÉM) DA AGRESSIVIDADE NA INFÂNCIA

DESAFÍOS EN LA TRANSMISIÓN FAMILIAR CONTEMPORÁNEA: REFLEJOS (MÁS ALLÁ) DE LA AGRESIVIDAD EN LA INFANCIA

CHALLENGES IN CONTEMPORARY FAMILY TRANSMISSION: REFLECTIONS OF (AND BEYOND) AGGRESSION IN CHILDHOOD

Luiza Cunha Machado

Isabela Nunes Pizzotti Ferreira

RESUMO: Este artigo configura-se uma pesquisa teórica, amparada no método psicanalítico, que visa analisar a agressividade na infância e sua relação com os impasses da transmissão familiar contemporânea. Tal investigação surge a partir da experiência clínica vivida em um estágio de psicologia, na qual a estagiária se deparou com os arranjos subjetivos da criança diante das demandas familiares. Inicialmente, a pesquisa traz uma breve localização do tema da família e Psicanálise em Freud e Lacan. Posteriormente, são analisados os modos como a literatura psicanalítica explora o impacto das transformações sociais contemporâneas no exercício das funções parentais e na criação das crianças. Além disso, os entrelaçamentos políticos e clínicos são discutidos, ao que se constata a influência dos discursos sociais na tentativa dos pais de negar a falta na relação com os filhos. Esse contexto reflete um mal-estar na transmissão familiar e que, conforme esse estudo busca evidenciar, é demonstrado em um para-além da agressividade na infância. Assim, para pensar os efeitos desse impasse para a subjetividade infantil, retoma-se o lugar destinado à agressividade pela teoria psicanalítica, demarcando a importância de seu reconhecimento pelo Outro na constituição do sujeito. A partir disso, articula-se a ideia de uma agressividade constitutiva com as exigências de docilização e controle da infância que proliferam também no campo da família, a fim de analisar como as crianças têm respondido a esse entrave com um para-além da agressividade, e como tais produções podem ser uma tentativa de resistir ao assujeitamento. Para ilustrar essas questões, são utilizadas vinhetas clínicas. Por fim, oferecemos um contraponto às leituras predominantes sobre as manifestações da agressividade na infância e que são marcadas pelo furor de encaixá-las em condições psicopatológicas.

PALAVRAS-CHAVE: Transmissão familiar; Agressividade; Infância; Psicanálise.

RESUMEN: Este artículo constituye un estudio teórico, fundamentada en el método psicoanalítico, que analiza la agresividad en la infancia y su relación con las dificultades de la transmisión familiar contemporánea. Esta investigación surge de la experiencia clínica durante una pasantía de psicología, en la que el interno observó las gestiones subjetivas del niño frente a las exigencias familiares. Inicialmente, la investigación ofrece una breve reseña del tema de la familia y el psicoanálisis en Freud y Lacan. Posteriormente, analiza cómo la literatura psicoanalítica explora el impacto de las transformaciones sociales contemporáneas en el ejercicio de las funciones parentales y la crianza de los hijos. Además, se discuten las interconexiones políticas y clínicas, revelando la influencia de los discursos sociales en los intentos de los padres por negar la carencia en su relación con sus hijos. Este contexto refleja un malestar en la transmisión familiar que, como este estudio busca demostrar, se demuestra en un más allá de la agresividad en la infancia. Así pues, para considerar los efectos de este impasse en la subjetividad infantil, retomamos el lugar que la teoría psicoanalítica asigna a la agresividad, destacando la importancia de su reconocimiento por el Otro en la constitución del sujeto. A partir de esto, articulamos la idea de una agresividad constitutiva con las exigencias de docilidad y control en la infancia que también proliferan en el seno familiar, con el fin de analizar cómo los niños han respondido a este obstáculo con un más allá de la

agresividad, y cómo dichas producciones pueden constituir un intento de resistir la subyugación. Para ilustrar estas cuestiones, se utilizan viñetas clínicas. Finalmente, ofrecemos una perspectiva alternativa a las lecturas predominantes sobre las manifestaciones de la agresividad en la infancia, caracterizadas por su afán de categorizarlas dentro de trastornos psicopatológicos.

PALABRAS CLAVE: Transmisión familiar; Agresividad; Infancia; Psicoanálisis.

ABSTRACT: This article constitutes a theoretical study, supported by the psychoanalytic method, that aims to analyze aggressiveness in childhood and its relationship with the challenges in contemporary family transmission. This investigation arises from clinical experience during a psychology internship, in which the intern encountered the child's subjective arrangements in the face of family demands. Initially, the research provides a brief overview of the theme of family and psychoanalysis in Freud and Lacan. Subsequently, it analyzes how psychoanalytic literature explores the impact of contemporary social transformations on the exercise of parental roles and the upbringing of children. Furthermore, the political and clinical interconnections are discussed, revealing the influence of social discourses on parents' attempts to deny the lack in their relationship with their children. This context reflects a malaise in family transmission which, as this study seeks to demonstrate, is demonstrated in something 'beyond aggression' in childhood. Thus, to consider the effects of this challenge on children's subjectivity, we revisit the place assigned to aggressiveness by psychoanalytic theory, highlighting the importance of its recognition by the Other in the constitution of the subject. From this, we articulate the idea of a constitutive aggressiveness with the demands for docility and control in childhood that also proliferate within the family, to analyze how children have responded to this obstacle with something 'beyond aggression', and how such productions can be an attempt to resist subjugation. To illustrate these issues, clinical vignettes are used. Lastly, we offer a counterpoint to the predominant readings on the manifestations of aggressiveness in childhood, which are marked by the fervor to categorize them within psychopathological conditions.

KEYWORDS: Family transmission; Aggressiveness; Childhood; Psychoanalysis.

1 NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE FAMÍLIA E PSICANÁLISE

O presente artigo constitui um estudo teórico que visa investigar, a partir do método psicanalítico, a agressividade na infância e sua relação com os impasses da transmissão familiar contemporânea. Nessa direção, nos guiamos, na escrita desta pesquisa, pelas inquietações, o que uma família tem transmitido às crianças na cena contemporânea? Quais as possíveis respostas construídas pelas crianças a esta transmissão? Para ilustrar as considerações sobre o tema, serão utilizadas vinhetas clínicas de um caso atendido pela pesquisadora que ocorreu no seu estágio de psicologia. O atendimento do caso em questão estimulou as inquietações acerca dos arranjos possíveis de serem encontrados na infância, quando, nesse tempo em que o sujeito deve se deparar com as demandas familiares para que se adeque aos preceitos da cultura, os adultos responsáveis são convocados a sustentar uma transmissão frente às crianças. Dessa forma, localizaremos, brevemente, a família no contexto da história para depois nos aprofundarmos nas teorizações sobre família e psicanálise.

O ideal de família moderna, caracterizado pelo protagonismo da infância e a valorização de seus cuidados, é uma construção europeia do século XVII e está ligada ao surgimento dos conceitos de privacidade e intimidade instituintes de uma nova organização das relações humanas e dos afetos (Neves, 2008). Nesse contexto, a noção de casa sofre transformações adequando-a a uma concepção de lar, ou seja, ela deixa de ser apenas um abrigo físico ou espaço

de convivência social e se torna um reduto de aconchego e familiaridade, destinado a proteger as famílias do movimento e imprevisibilidade dos espaços públicos (Neves, 2008).

No que tange especificamente ao Brasil, Neves (2008) propõe um recorte da realidade colonial para demonstrar a influência da norma médica imposta pela burguesia às classes populares através de uma preocupação com a higienização das casas e dos hábitos. Desse modo, desde o século XIX, as famílias privatizaram cada vez mais o seu modo de vida motivadas por um ideal de proteção contra os perigos externos, ao mesmo tempo em que acreditavam precisar das orientações e intervenções dos especialistas e do Estado, principalmente no campo do tratamento dedicado aos filhos. De acordo com a autora, “o novo ideal doméstico assistiu ao patriarcalismo familiar ser destruído à custa do patriarcado do Estado” (Neves, 2008, p. 47).

Roudinesco (2003) faz constatações semelhantes acerca da família moderna, pois, segundo a autora, nesse período, a autoridade sobre os filhos era repartida entre os pais e o Estado, assim como entre os pais e as mães. Ainda que a transição da monarquia absolutista para o Estado-nação burguês tenha representado uma quebra na ordem transcendental que identificava o pai como representante terreno de Deus, isso não significou um enfraquecimento da soberania patriarcal, ao contrário, ela passou por uma reformulação – Roudinesco (2003) assinala os três fundamentos dessa estrutura familiar, a autoridade do marido, a subordinação das mulheres e a dependência dos filhos.

Nesse sentido, a invenção da psicanálise por Sigmund Freud, no final do século XIX, se dá em um contexto marcado pelo sentimento de declínio da função paterna na medida em que se vivencia a passagem de um pai cujo poder repousa na ordem divina, para o *pater familias*¹, justificado em sua autoridade pelo ideal econômico e privado (Roudinesco, 2003). Em *O mal-estar na civilização*, Freud ([1930]/2011) reconhece que a cultura humana teve êxito em propiciar a convivência de muitos indivíduos em comunidade, na medida em que os laços amorosos que fundam a família são os mesmos que permitem as uniões entre os seres fora dela. “Ambos, amor plenamente sensual e amor inibido na meta, vão além da família e estabelecem novas uniões com pessoas antes desconhecidas” (Freud, [1930]/2011, p. 48).

Entretanto, a solidariedade entre a família e a civilização é questionada pelo próprio autor já que existe uma tendência da primeira em se preservar enquanto grupo coeso e dificultar

¹ Roudinesco (2003) utiliza o termo *pater familias* para designar a figura que aparece com a abolição da monarquia e o advento da sociedade burguesa, contexto em que o pai tem sua soberania questionada devido à redução do poderio da Igreja em benefício do Estado. Ao ser obrigado a se voltar para a esfera privada, contudo, ele encontra subsídios para reinventar sua dignidade a partir da assimilação do paternalismo econômico, tornando-se patrão e reunindo sob sua tutela a comunidade de trabalhadores de sua empresa. Sua autoridade se expressa no papel de organizar e vigiar a vida no trabalho, de maneira análoga ao exercício de sua soberania no lar, ou seja, segundo a autora, trata-se de um pai mais real que simbólico.

a tarefa do sujeito de se separar de seu modo de vida familiar e adentrar na cultura. Além disso, a família deve passar ainda por um novo estágio, a saber, o da organização totêmica, surgindo, assim, os clãs fraternos que, a partir do assassinato do pai da horda primeva, sacrificavam suas liberdades individuais em prol da vida comunitária. No sentido oposto, a civilização também produz um tensionamento ao impor níveis elevados de restrição à sexualidade humana, sendo a primeira e mais significativa delas a proibição do incesto (Freud, [1930]/2011).

Se, por um lado, para o precursor da psicanálise, a família tem como objetivo promover uma indiferenciação entre os seus membros a fim de criar uma identificação que os mantenha unidos, por outro, ela é a responsável pela transmissão da diferença. Segundo Endo (2022, p. 201), “antes do assassinato do pai da horda não havia tradição, mas repetição. [...] A vida era escrava e submissa. Amedrontada, era também endógena e incestuosa”. O ato fundante da civilização, o assassinato do pai da horda, faz surgir, como efeitos *a posteriori*, uma marca psíquica – a culpa – e uma marca institucional socialmente transmissível – o tabu (Endo, 2022), isso possibilita instaurar, para o humano, a primazia do desejo que é sempre desejo irrealizado.

Assim, como aponta Roudinesco (2003), Freud inscreve a ordem simbólica na família. Isso significa colocar os laços amorosos familiares a serviço da inscrição da falta que permite a constituição do sujeito como desejante. Além disso, ao posicionar a família do lado do registro da lei, ela é incumbida de autorizar o sujeito a entrar em conflito com ela mesma; o sentimento de injustiça que motiva toda possibilidade de rebelião social surge a partir das inscrições que acontecem na e pela família (Roudinesco, 2003).

Posteriormente, as ideias de Lacan ([1938]/2003) sobre a família corroboram com a tese Freudiana, pois ele ressalta o papel dessa instituição na transmissão da cultura e na continuidade psíquica entre as gerações. A família prevalece “na educação precoce, na repressão dos instintos e na aquisição da língua, legitimamente chamada materna” (Lacan, [1938]/2003, p. 30). Em *Notas sobre a criança*, Lacan ([1969]/2003) elabora a questão da função de resíduo da família relacionando-a à irreduzibilidade de uma transmissão que não é da ordem da vida segundo a satisfação das necessidades, mas de uma constituição subjetiva para a qual concorre a relação com um desejo não-anônimo. Dialogando com as ideias freudianas apresentadas acima, o autor rompe com as motivações psicológicas subjacentes à formação da família, a fim de avançar o paradigma da família como sendo a responsável pela transmissão estrutural da falta. Segundo Lacan ([1969]/2003, p. 369), “é por tal necessidade que se julgam as funções da mãe e do pai. Da mãe, na medida em que seus cuidados trazem a marca de um interesse particularizado. Do pai, na medida em que seu nome é o vetor de uma encarnação da Lei no desejo”. Ou seja, a

família tem a função de sustentar o lugar da falta e do desejo a partir dos quais se configura uma transmissão possível através das gerações.

Desse modo, nesta pesquisa filiamo-nos à concepção lacaniana acerca da transmissão familiar, pois, como argumenta Teperman (2024), Lacan articula a função de resíduo da família como o mínimo necessário para que haja constituição de um sujeito na criança, mas que não comporta quaisquer garantias, uma vez que não se confunde com noções imaginárias sobre a consistência das funções parentais. Assim, a perspectiva aqui adotada vai de encontro a teorias que associam a função materna e a função paterna ao sexo biológico das pessoas que as encarnam, como se houvesse um aspecto inato ou essencial que garantisse a operação de uma função que é estrutural. Também, com base nesses pressupostos, nos colocamos na contramão de teorias que localizam a eficácia da transmissão em determinados modelos de família, prescrições ou princípios generalizantes, e que acabam produzindo o apagamento da pluralidade de arranjos familiares existente (Teperman, 2024).

Além disso, dada a importância da transmissão familiar encontrada na teoria, particularmente no contexto das ideias de Lacan sobre a constituição subjetiva das crianças, sinalizamos a necessidade de atentar para a concepção de infância(s) de que partimos, haja vista a tendência do olhar clínico em patologizar as diferenças, ou seja, as manifestações que tensionam com o ideal de infância hegemônica no Brasil, historicamente produzido, porém naturalizado no discurso, de uma infância branca e com alto padrão socioeconômico, filha de casais heterossexuais e sem deficiência classificada (Katz, 2022). Na tentativa de combater essa patologização que subsiste por trás de uma leitura supostamente “neutra” da subjetividade, defendemos, junto com Katz (2022), a afirmação da pluralidade de infâncias e suas produções contra hegemônicas como forma de resistência política, pois, segundo a autora, a categoria infância, enquanto invenção discursiva, já é por si só uma abertura para a complexificação da relação com os ideais, pois marca o lugar do *sujeito* como uma resposta do real ao significante, ou seja, o fato de que ele nunca pode ser completamente reduzido aos significantes que vêm do Outro.

Diante disso, no escopo desta investigação, cabe compreender o contexto da transmissão familiar nos modos de subjetivação que caracterizam as infâncias contemporâneas.

2 DAS DIMENSÕES CLÍNICAS DA TRANSMISSÃO FAMILIAR NA CONTEMPORANEIDADE

A literatura psicanalítica que versa sobre a transmissão familiar no contemporâneo

busca investigar se a família tem encontrado, nos discursos que circulam no campo social, algum respaldo para o exercício de suas funções, na medida em que considera que essa transmissão possui um caráter estruturante para o sujeito que está em vias de se constituir. Com o cuidado de não incorrer em uma idealização do modelo de família proveniente de um tempo histórico anterior, os estudos almejam estar à altura do modo como os sujeitos se apropriam da função materna e da função paterna na contemporaneidade. Dessa maneira, os autores parecem consentir que esse momento cultural é palco de importantes transformações no interior da família, bem como na sociedade em geral, e que essas transformações, que se influenciam mutuamente, têm algum tipo de impacto na forma como os pais ou adultos desempenham suas funções junto àqueles por cuja criação são responsáveis (Almeida; Perfeito, 2019; Bernardino; Kupfer, 2008; Kehl, 2003; Maia; Okamoto, 2023; Quintella, 2014; Rosa; Lacet, 2012; Xavier; Ferreira; Paravidini, 2011).

Diante de vários aspectos da cultura contemporânea que se projeta em direção às famílias abordados na literatura, são oferecidas teorizações sobre as respostas que as famílias têm produzido. É o caso de Bernardino e Kupfer (2008), que analisam a constatação de que há, atualmente, uma proliferação dos objetos de gozo oferecidos aos sujeitos. A partir disso, as autoras sinalizam uma possível inversão de posições em que os pais remetem aos filhos uma maneira de a família tentar dar conta da falta na sua relação com a demanda do Outro social, posicionando a criança como a que direciona os caminhos para um gozo sem limites ao invés de tomar a existência dessa criança com o seu desejo, pré-condição para que haja a transmissão da falta.

Por sua vez, Rosa e Lacet (2012), resgatam a prevalência da imagem em detrimento da palavra no contemporâneo. Em outros termos, elas identificam um enfraquecimento do discurso familiar frente ao discurso social que busca tratar a falta primordial do objeto do desejo pela via do gozo substitutivo das imagens que vêm tamponar a falta. Com isso, há um preenchimento por parte dos discursos pedagógicos, jurídicos e científicos do lugar que deveria ser ocupado pela produção de um saber próprio dos pais sobre os filhos. Esse saber ‘próprio’ é o responsável por engendrar a filiação simbólica.

As famílias de hoje estariam se deparando com mais “riscos” diante da tarefa impossível que lhe cabe, para remeter à ideia de Freud ([1925]/1996), de que haveria três tarefas impossíveis – educar, governar, psicanalisar. De acordo com Kehl (2003), por exemplo, a cultura atual parece colocar em xeque a legitimidade de qualquer tradição que possa servir para orientar o sujeito em sua vida, o que deixa os pais em uma profunda dúvida acerca de quais valores devem transmitir aos filhos a fim de prepará-los para o mundo. Já Quintella (2014)

analisa que o sujeito contemporâneo não conta mais com a ordem simbólica que represente uma saída possível para o campo do desejo, devido a um contexto de evanescência do ideal do eu, que explicaria a presença de uma condição narcísica frágil. Segundo o autor, essa evanescência consiste em “uma fugacidade no ancoramento identificatório edipiano, cuja função seria de permitir ao sujeito afastar-se do narcisismo primário” (Quintella, 2014, p. 291).

Maia e Okamoto (2023) trabalham com a noção de uma fragilidade do narcisismo parental, pois afirmam que os pais não suportam frustrar a criança e impor limites, já que isso os obrigaria a se depararem com os seus próprios limites. Nesse sentido, os autores discutem que há uma exacerbação da condição de desamparo dos pais na contemporaneidade, cuja consequência seria a dificuldade em instaurar uma posição de autoridade perante os filhos, ou, em outras palavras, de fazer valer a diferença geracional ou de lugares (Kehl, 2003), desde a qual uma transmissão poderia operar.

Por uma outra perspectiva, em alguns casos descritos na literatura, destaca-se a presença de uma leitura a partir das ausências ou vazios traumáticos na relação da criança com aquele que encarna o seu Outro primordial. Dessa forma, os artigos apontam os imperativos culturais contemporâneos aos quais as famílias estão submetidas, como a valorização da aceleração temporal, do individualismo e da autossuficiência que obrigam os sujeitos a responderem por si mesmos e geram neles sentimento de impotência (Almeida; Perfeito, 2019; Xavier; Ferreira; Paravidini, 2011).

Nesse sentido, Xavier, Ferreira e Paravidini (2011) compreendem que algumas mães podem desinvestir sua libido dos seus filhos e se desimplicar do exercício desejante da função materna, uma vez que elas também padecem com a fragilidade da nomeação paterna pelo Outro e tentam fazer suplência ao Nome do Pai através do casamento. Por outro lado, Almeida e Perfeito (2019) observam, no grupo familiar, a impossibilidade de seus membros de colocar em palavras o seu sofrimento e vivenciar os intervalos necessários a uma subjetivação da experiência, como possíveis efeitos de uma interrupção da transmissão simbólica na família.

Como demonstrado, a literatura que versa sobre os impasses da família e sua transmissão na contemporaneidade contém pistas a respeito do entrelaçamento entre as dimensões clínicas e políticas dessa transmissão, sobre as quais nos debruçaremos adiante.

3 DAS ARTICULAÇÕES CLÍNICAS E POLÍTICAS DA TRANSMISSÃO FAMILIAR CONTEMPORÂNEA

As reflexões psicanalíticas sobre o tema sublinham as transformações sociais a partir

das quais a infância passa a ser objeto de um interesse crescente, expresso seja na necessidade criada pelos campos médico e educacional de intervir na infância para prevenir problemas, a fim de garantir o bom desempenho dos futuros adultos (Buechler; Kamers, 2020), seja nas políticas e discursos voltados à proteção das crianças, que justificam a decisão dos órgãos tutelares acerca da adequação ou inadequação dos cuidados oferecidos pelas famílias às crianças (Teperman, 2024).

Buechler e Kamers (2020) apontam que os discursos da tecnociência e do capitalismo tomam parte no projeto social de submeter as crianças aos parâmetros desejados, e produzem em conjunto um ideal de criança, também chamada de A-Criança, segundo o qual as crianças devem corresponder fielmente aos padrões da “boa forma” elencados pelos especialistas da infância, bem como são transformadas em consumidoras dos produtos oferecidos pelo mercado que prometem potencializar seu “desempenho” em todas as áreas. Seduzidos pela possibilidade de não terem que realizar o luto do ideal narcísico que depositam em seus filhos, graças à consistência oferecida por esses discursos veiculadores dA-Criança, os pais passam a protagonizar a demanda impossível de que as crianças de carne e osso equivalham à criança ideal. Segundo as autoras, a problemática reside em parte no fato de que, sem a realização desse luto, fica impossibilitado “o acontecimento da educação como transmissão da Lei e de marcas simbólicas que permitirão a constituição da criança como sujeito e seu viver no mundo e no laço social” (Buechler; Kamers, 2020, p. 131).

Além disso, os discursos em questão desencorajam os adultos a reconhecerem e darem testemunho da falta, e, desse modo, impedem que a estranheza que resta incontornável em toda relação humana possa ser revestida de familiaridade, ao invés de ser “diferença grotesca que recebe o estatuto de distúrbio, falha no real do corpo” (Buechler; Kamers, 2020, p. 131). As autoras apontam que as produções que não se enquadram no que é esperado da criança ideal são consideradas anormais e a infância torna-se um campo excessivamente patologizado.

Por sua vez, Teperman (2024), em suas teorizações sobre a transmissão familiar e o mal-estar encontrado nas famílias atualmente, defende que são três os elementos com os quais uma família conta para operar, “o impossível estrutural, os modos que sua época responde a essa condição e a maneira singular pela qual cada sujeito pode se situar e depois transmitir (ao incorporar as funções parentais) esse impossível” (Teperman, 2024, p. 95). A partir disso, a autora aborda o modo pelo qual os discursos de proteção à criança, que concebem a família como uma parentalidade, respondem às angústias implicadas na transmissão familiar. Segundo a pesquisadora, diante do impossível da educação, ou seja, do fato de que “na criação das crianças sempre há algo que escapa, um resto que insiste” (Teperman, 2024, p. 94), esses

discursos tentam driblar o impossível e operam a partir da lógica de que haveria sim uma educação familiar perfeita. Consequentemente, ao valorizarem a dimensão do conhecimento e das competências necessárias aos pais para criarem seus filhos, esses discursos promovem a captura da família na ilusão de que uma transmissão sem restos é alcançável e desejável, o que retorna no sentimento de impotência desses pais, quando, inevitavelmente, a promessa não se concretiza.

Teperman (2024) ainda aponta que se os pais não podem colocar o modo singular que encontraram para sustentar a falta a serviço de sua transmissão, as crianças ficam sem acesso a algum contraponto aos imperativos do discurso social hegemônico. Em relação a esses imperativos, segundo Stavchansky (2018, p. 32 *apud* Teperman, 2024, p. 96), “a astúcia dos novos modelos de controle radica em formular uma preocupação excessiva pela criança, seu corpo e seu entorno”; a autora acrescenta que uma das roupagens assumidas por essa preocupação é a exigência de um *corpo dócil*.

Nesse sentido, as contribuições dos estudos abordados desvelam alguns discursos que atravessam a sociedade contemporânea e reatualizam o mal-estar inerente à condição humana respondendo aos modos de sofrer que comparecem na família, dentre eles a impossibilidade de realizar o luto dos ideais sobre a criança (Buechler; Kamers, 2020), a impotência exacerbada dos pais frente o exercício de suas funções e a exigência de um corpo dócil (Teperman, 2024). Diante dos impasses encontrados na transmissão familiar, interessamo-nos pelos efeitos desses impasses na constituição subjetiva da infância. Em outras palavras, ao nos depararmos com as respostas das crianças às suas famílias, nos indagamos o que elas podem revelar acerca do que *resta* desses impasses. Propomos discutir que uma das respostas das crianças frente ao mal-estar que atravessa a família no contemporâneo é um *para-além* da agressividade na infância. A fim de encaminhar essa discussão, descreveremos algumas teorizações psicanalíticas a respeito da agressividade e suas implicações na infância e na família.

4 ÀS VOLTAS COM A AGRESSIVIDADE: A INFÂNCIA, A FAMÍLIA E O CAMPO SOCIAL

Em relatório apresentado no XI congresso dos psicanalistas de língua francesa, intitulado *A agressividade em psicanálise*, Lacan ([1948]/1998) desenvolve o conceito de agressividade. Em primeiro lugar, o autor localiza a agressividade no campo da experiência subjetiva, pois “somente um sujeito pode compreender um sentido; inversamente todo fenômeno de sentido implica um sujeito” (Lacan, [1948]/1998, p. 105).

Lacan (1948/1998) confere importância às manifestações de resistência do paciente à cura, à agressividade presente no tratamento psicanalítico, isto é, o paciente deve poder reatualizar na transferência imagos referentes à vivência do corpo despedaçado, oriundas do psiquismo arcaico, do período em que o eu do sujeito ainda estava se formando (Lacan, [1948]/1998). Nesse sentido, Lacan ([1948]/1998) empreende uma passagem da experiência clínica ao campo da metapsicologia para delimitar uma *tendência à agressão*. De acordo com Birman (2006, p. 371), “a questão crucial para Lacan é como a agressividade seria o correlato do registro psíquico do eu, de maneira que tal instância psíquica não poderia se constituir sem que a agressividade se institua ao mesmo tempo”. Dessa maneira, o psicanalista francês postula que a estruturação do eu e do objeto na criança pequena, para quem a imagem de si se confunde com a imagem de seu semelhante, ocorre em momentos de captura espectral ou etapas da identificação objetivante (Lacan, [1948]/1998). A criança “antecipa no plano mental a conquista da unidade funcional de seu próprio corpo, ainda inacabado, nesse momento, no plano da motricidade voluntária” (Lacan, [1948]/1998, p. 115).

Para Lacan (1948/1998), a agressividade advém do valor narcísico que a imagem de completude do corpo adquire para o sujeito em constituição, na medida em que o protege contra o desamparo original causado pela prematuridade do bebê humano ao nascer. Em seus primeiros meses, o bebê não é dotado de um aparato neurológico que o permita representar, de maneira coordenada e constituindo uma totalidade, as distintas partes que compõem seu corpo. Graças à fixação da libido narcísica em uma imagem idealizada que vem do Outro, mas que o sujeito toma como sendo sua, é possível antecipar imaginariamente essa unidade corporal. Contudo, tal antecipação está também na origem de uma conflitiva interna insolúvel, pois trata-se de um processo alienante que evidencia “a fragilidade imanente da imagem corporal” (Birman, 2006, p. 372). É nesse sentido que Lacan ([1948]/1998, p. 116) aponta que “já desde a origem o *eu* se afigura marcado por essa relatividade agressiva”.

Portanto, na perspectiva lacaniana, a agressividade aparece “como forma primordial de defesa, contra o possível retorno da fragmentação corpórea” (Birman, 2006, p. 372). Lacan ([1948]/1998) demonstra como a estruturação normal do psiquismo ganha contornos de uma experiência paranoica, em que o sujeito vive sob a constante ameaça do encontro com o despedaçamento; ameaça que a identificação edipiana e a consequente formação do ideal do eu conseguem relativizar até certo ponto, permitindo que ele transcendente, ao menos um pouco, a agressividade. Como explica Birman (2006, p. 374), “seria pela mediação da linguagem que o sujeito poderia encontrar uma forma de ‘normalização’ simbólica, pela qual o registro temporal possibilitaria uma outra forma de regulação psíquica entre a fragmentação do corpo e a imagem

narcísica do eu”.

Na continuação dos estudos sobre agressividade e psicanálise, destacamos alguns autores contemporâneos, dentre eles as pesquisadoras Kamers (2018) e Fonseca (2022). Para Kamers (2018, p. 94), “quando se trata da agressividade na criança, não podemos pensá-la fora do laço com seus pais ou outros significativos”. Dessa maneira, o reconhecimento da agressividade como constitutiva na infância passa tanto pela via da agressividade da criança quanto pela agressividade dos membros da família. Ademais, a autora explicita que a agressividade na relação entre a mãe e a criança se manifesta a partir da ambivalência de modo que o amor e o ódio não se apresentam em uma dicotomia, mas como faces da mesma moeda. O próprio ódio é estruturante do amor, pois ele abre possibilidade para que haja uma perda no amor materno-filial. É esta perda que, ao ser simbolizada, permite a separação entre a mãe e a criança ao promover uma espécie de transmutação em que amar deixa de significar devorar ou ser devorado pelo outro e passa a comportar a diferença, a castração e, consequentemente, a falta (Kamers, 2018).

Em contrapartida, o não reconhecimento do ódio materno está implicado no apego da mãe à criança de sua fantasia em detrimento da criança real, que acontece quando não foi possível à mãe realizar o luto de seus próprios ideais enquanto filha (Kamers, 2018). Assim, se a criança é interpelada pelo ideal parental, em uma tentativa impossível dos pais de realizar nela esse ideal, “a agressividade se manifesta justamente nos momentos em que a criança fere realmente o narcisismo de seus pais” (Kamers, 2018, p. 95).

Para Kamers (2018), a criança precisa encontrar um espaço em que possa expressar sua agressividade, para que, então, ela seja estruturante, ou seja, permita à criança se constituir enquanto sujeito. Isso porque o modo como o adulto intervém diante das manifestações agressivas é determinante para as possibilidades encontradas pela criança de significar o seu mal-estar. Nas palavras da autora, “é tarefa do adulto interditar e organizar a agressividade da criança, permitindo que a mesma possa se constituir como a mola propulsora do trabalho de separação e, paradoxalmente, da restituição de sua integridade psíquica” (Kamers, 2018, p. 96).

De modo semelhante, Fonseca (2022) trabalha com a perspectiva de que a agressividade aparece no contexto dos movimentos de alienação e separação entre o sujeito e o Outro, pois, quando pais e filhos entram em contato com as fronteiras que os separam radicalmente, emerge a “discórdia primordial” (Fonseca, 2022, p. 208). A autora observa que os restos pulsionais não-simbolizados nesse processo de diferenciação retornam na forma do mal-estar de que se queixam pais e filhos (Fonseca, 2022). O mal-estar aparece nas intolerâncias ora de pais insatisfeitos com a rebeldia e a desobediência das crianças ora de filhos que denunciam as

cobranças e punições impostas pelos adultos. Para ela, trata-se de um sintoma social, pois o que causa esse mal-estar está relacionado à tentativa, respaldada nos discursos atuais, de eliminar o resto de simbolização, “as consequências do desejo que se exprime no ódio, na destrutividade, na paixão” (Fonseca, 2022, p. 214).

Dessa forma, quando há um contexto em que não apenas a família, mas todos os demais dispositivos que integram a sociabilidade da criança, como o pedagógico, o jurídico e o psiquiátrico, não propiciam a sustentação simbólica necessária para que as manifestações de sua agressividade possam constituir uma demanda ao Outro ou expressar sua revolta, é a própria possibilidade da agressividade que é negada (Fonseca, 2022).

De acordo com Foucault (2001), em seu curso *Os anormais*, durante seu processo de constituição, notadamente a partir do século XIX, a psiquiatria toma para si a prerrogativa de ser capaz de detectar minuciosamente os “perigos” presentes na loucura, como uma forma de “se justificar como poder e ciência da higiene pública e da proteção social” (Foucault, 2001, p. 151). Além disso, Foucault aponta a adoção de um interesse pela categoria do instinto, enquanto via que permitiu à psiquiatria criar a figura do anormal e pulverizar suas intervenções e conhecimentos em direção aos âmbitos mais básicos e banais da existência. Assim, dialogando com essas ideias e outros trabalhos deste autor, Fonseca e Martins (2023) demonstram que o “comportamento agressivo” passa a ser destacado pela psiquiatria como um signo de risco social, e, com base nessa lógica, a infância se transforma em terreno privilegiado para a identificação e categorização via diagnóstico do que poderia representar um risco para o projeto normativo. Diante disso, os autores afirmam que “a ‘criança agressiva’ tal como apresentada no DSM [*Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais*] corresponderia a uma criança indócil, uma criança não normalizada e que resiste, portanto, à normalização” (Fonseca; Martins, 2023, p. 15).

Ao refletir sobre a tendência observada ao longo das edições do DSM de privilegiar cada vez mais o comportamento agressivo como signo para o diagnóstico de transtornos mentais, Fonseca e Martins (2023, p. 16) afirmam que “a identificação da presença ou da ausência da ‘agressividade’ e a forma pela qual essa constatação é incluída num determinado sistema de classificação diagnóstica não acolhem a demanda do sujeito de se fazer reconhecer na especificidade de seu desejo”. Por outro lado, as modalidades de resistência subjetiva se inscrevem em um movimento histórico de tentativa de disciplinarização dos corpos considerados indóceis, de modo que elas respondem por um “a mais” que continuamente sobra dessas investidas (Fonseca; Martins, 2013). Sendo assim, os autores se perguntam se “não seria precisamente essa experiência de excesso ou de transbordamento que, em articulação com a

linguagem, caracterizaria o sujeito do inconsciente como avesso a toda normalidade” (Fonseca; Martins, 2023, p. 18).

Nessa direção, os autores situam a agressividade como necessária ao processo de constituição subjetiva da criança, além disso, demonstram que não é possível pensar suas manifestações de maneira isolada, fora da relação que se estabelece entre o sujeito e o Outro, tanto para pensar as origens da tendência agressiva no psiquismo, quanto para compreender os seus efeitos subjetivos. Também já constatamos algumas evidências de que a agressividade na infância pode estar ligada ao mal-estar que habita as famílias e o laço social. Para discutirmos os pontos levantados, relacionando com a questão da transmissão familiar contemporânea e seus impasses, utilizaremos três vinhetas clínicas de um caso atendido em estágio de psicologia.

5 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

A utilização de vinhetas clínicas nesse trabalho, realizada sem a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), se justifica pelo disposto no item VII do artigo I da Resolução 510/2016 (CEP/CONEP), que salienta que pesquisas cujo objetivo é o aprofundamento teórico de situações que emergem da prática profissional não necessitam ser registradas e avaliadas pelo sistema CEP/CONEP desde que não revelem dados que possam identificar os sujeitos envolvidos. Sendo assim, em conformidade com as diretrizes éticas e visando preservar a identidade e a privacidade dos sujeitos envolvidos na prática em questão, foram omitidas, nesse trabalho, quaisquer informações de cunho pessoal ou identificável como nomes ou demais características específicas, bem como informações que possibilitem a identificação do local onde foi realizada a prática, de modo a garantir o anonimato e a confidencialidade dos dados aqui tratados.

6 MAL-ESTAR NA TRANSMISSÃO FAMILIAR CONTEMPORÂNEA E O *PARA-ALÉM DA AGRESSIVIDADE*

Quando discutimos os entrelaçamentos clínicos e políticos que atravessam a transmissão familiar contemporânea, constatamos que os discursos hegemônicos de nosso tempo operam no avesso à falta estrutural, pois o que é da ordem do mal-estar é passível de ser eliminado, bastando, para isso, que os sujeitos façam determinadas escolhas a nível comportamental e individual (Buechler; Kamers, 2020; Teperman, 2024). Assim, é possível argumentar que a criança ideal, produto dos discursos do capitalismo e da tecnociência

(Buechler; Kamers, 2020), e a transmissão familiar perfeita e *sem restos* veiculada pelos discursos atuais sobre a parentalidade (Teperman, 2024) se complementam. A criança ideal seria justamente aquela que, por ser maleável às intervenções corretivas da ciência e do mercado, ou seja, por poder ser normalizada *ad infinitum*, reforçaria a ilusão dos pais de que, no campo da educação das crianças, não se trata de reconhecer o impossível em jogo, mas, ao contrário, de buscar maneiras de consertar as falhas presentes em sua transmissão.

Os ideais difundidos no contemporâneo tentam evitar que o mal-estar apareça oferecendo formas de negá-lo, o que não é diferente com o aparecimento da agressividade na criança. No tocante à agressividade, essa negação se dá principalmente a partir da tentativa de normatização e docilização da infância e da assimilação das formas de expressão consideradas anormais desveladas pelos transtornos psiquiátricos (Fonseca, 2022; Fonseca; Martins, 2023; Kamers, 2018). A criança ideal (Buechler; Kamers, 2020) é, também, a criança docilizada, como ilustra a primeira vinheta clínica. Após diversas consultas da criança com o psiquiatra, sua mãe comenta que foram realizados ajustes nos medicamentos. No período que segue cada ajuste medicamentoso, é a este que a mãe remete as mudanças que detecta nos comportamentos da criança, seja ao notar que ela está mais calma seja mais agressiva. No entanto, a impressão é que as incansáveis alterações dos remédios não surtem o efeito esperado, pois a mãe continua se queixando de que a criança perde o controle e é tomada por *impulsos*. Aqui, localizamos um resto, sinalizado pelo significante *impulso*, por parecer representar aquilo que continua escapando e insistindo para-além das tentativas de docilizar, pela via da medicalização, o corpo e a existência da criança.

Kamers (2018) argumenta que as expressões de uma agressividade necessária à constituição são tomadas como sintoma pela psiquiatria e medicadas, portanto, reduzidas a sua dimensão comportamental e qualificadas enquanto sinais de transtornos como o transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), transtorno de oposição e desafio (TOD) e transtorno de conduta (TC). A autora questiona se a consequência da psiquiatrização e da medicalização seria impedir a criança de se opor aos discursos produzidos sobre ela, bem como mantê-la no lugar de objeto do saber do outro, “prisioneira do fantasma parental” (Kamers, 2018, p. 97). Segundo Kamers (2018, p. 97-98), “desatenção, oposição e hiperatividade aparecem como os modos que as crianças, na contemporaneidade, têm usado para defender sua integridade psíquica frente ao fantasma parental”. Esses pontos podem ser ilustrados, por exemplo, pela segunda vinheta clínica; destacamos os frequentes relatos da mãe de que aplicou um castigo à criança, que consistia em proibi-la de utilizar o telefone celular. A mãe, por sua vez, menciona o discurso do psiquiatra, segundo o qual o vício em celular deixa as crianças,

incluindo a filha, mais agressivas. Nesse sentido, é possível indagar se as respostas da filha, de recusa a ficar sem o aparelho e de se opor à determinação da mãe, aparecem e se repetem justamente porque tentam denunciar o efeito do saber médico, que respalda o modo como a mãe diariamente lê seus comportamentos e lida com eles, impedindo-a de construir um saber singular sobre a filha.

Apesar de Fonseca (2022) e Fonseca e Martins (2023) dialogarem com as reflexões produzidas por Kamers (2018), eles também sinalizam um outro ponto importante, a saber, a recusa do reconhecimento da agressividade da criança e seu entrelaçamento com o aparecimento de cenas violentas. Os autores defendem que, por mais que se tente esvaziar os arranjos subjetivos da infância para fazer frente ao mal-estar, por meio de um apagamento da singularidade, há sempre um resto que insiste e resiste, apesar, ou *para-além*, da recusa ao reconhecimento da agressividade (Fonseca; Martins, 2023). Esse *para-além* aparece, por exemplo, na irrupção da violência protagonizada pelas crianças no ambiente escolar e que aponta para a insuficiência das abordagens que reduzem a agressividade na infância a uma questão puramente educacional e disciplinar (Fonseca, 2022). Aqui, a agressividade e o ódio, ambos trabalhados por Fonseca (2022), se engendram em sua dimensão de resistência, não menos problemática, à obrigação massacrante que recai sobre a criança de que ela se adapte a qualquer preço. Ela conclui que “a agressividade é aquilo que faz resistir à vigília, na tentativa de ser sujeito não assujeitado” (Fonseca, 2022, p. 219).

Fonseca (2022) afirma que a agressividade se apresenta hoje como um sintoma e é nesse ponto que precisa ser escutada e reconhecida, como ilustramos na vinheta seguinte. A mãe prefere que a filha frequente uma instituição que atenda crianças com graves entraves no desenvolvimento, pois, segundo ela, as crianças nessa instituição se “esquecem” rapidamente dos atos violentos umas das outras. Parece que, ao reconhecer sua filha unicamente enquanto uma criança que se encaixa dentro desse grupo “homogêneo” de crianças em que ela é supostamente mais bem “compreendida”, essa mãe deixa de reconhecer a agressividade da filha como manifestação singular de sua subjetividade, assim como impede que outros a sua volta possam reconhecê-la. Então, nos questionamos, não seria o não reconhecimento e expressão da agressividade um *para-além* da agressividade demonstrado pelo aparecimento de cenas violentas? Se a lógica que organiza os modos de lidar com a agressividade no laço social opera como se fosse possível e preferível que a criança não precise experienciar os efeitos da própria agressividade, mediada pelos dispositivos que acolhem a infância, não estaria esse cenário sustentando a erupção de violências?

As crianças tentam equalizar, de um lado, as exigências de docilidade através das quais

se busca enquadrar cada aspecto da infância a sistemas explicativos que garantam previsibilidade e controle, e, de outro, as expressões de uma agressividade constitutiva, o seu modo particular de se separar do lugar de objeto que ocupa para o Outro. O resto dessa operação é um para-além da agressividade que inquieta pais, escolas e demais espaços por onde circula a infância, em que ora os adultos se queixam de que as crianças estão desatentas, ora demonstram sua perplexidade diante dos atos de violência protagonizados pelas crianças (Fonseca, 2022; Kamers, 2018).

Dessa forma, onde esperam encontrar a sustentação parental da falta pela via da singularidade, as crianças e as famílias encontram o excesso de sentido do saber tecnocientífico, que, paradoxalmente, esvazia a transmissão familiar, pois esta se torna genérica, baseada em modelos que se pretendem universais (Buechler; Kamers, 2020; Fonseca, 2022; Teperman, 2024). O que resta à infância é se adequar às convenções que proliferam em quase todos os espaços; mas isso não é tudo, pois, como demonstram os estudos, o que fica sem reconhecimento, e que aqui localizamos como a própria agressividade constitutiva, uma parte retorna na forma de manifestações que transbordam e desorientam o adulto, relançando, assim, a dimensão de resistência que compõe a agressividade e que fora apagada (Kamers, 2018; Fonseca, 2022; Fonseca; Martins, 2023).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação empreendida nesse artigo se debruça sobre o campo da agressividade na infância, sob a perspectiva psicanalítica, a fim de demonstrar como a agressividade da criança se relaciona com a transmissão familiar contemporânea e seus impasses. Partindo das ideias de Freud e Lacan acerca da família, que situam a sua importância na transmissão da falta, ressaltamos alguns aspectos presentes na literatura que evidenciam as peculiaridades dos discursos atuais, quanto ao que estes oferecem aos sujeitos para fazer frente ao mal-estar no laço social. Assim, ao considerar o modo como as famílias podem se relacionar (ou não) com o impossível da transmissão, são disponibilizados subsídios para pensar as respostas das crianças diante do que as famílias transmitem na contemporaneidade.

O presente artigo analisa que as respostas das crianças revelam o mal-estar na transmissão familiar e nomeia tais respostas como um *para-além da agressividade*, que se apresenta na dobradiça formada pela exigência de um corpo dócil feita às crianças, por um lado, e pela agressividade que é constitutiva no período da infância, por outro. Com base em um recorte da importância do reconhecimento subjetivo da agressividade infantil por aqueles que

se encarregam de ajudar a criança em seu processo de constituição e amadurecimento, defendemos a tese de que a ausência desse testemunho, inserida em um movimento de negação da falta, deixa um resto que se faz experimentar em um *para-além da agressividade*. Nesse contexto, as vinhetas clínicas utilizadas permitem ilustrar e melhor compreender como podem se dar esses arranjos na infância e o que eles implicam de sofrimento para os sujeitos.

Desse modo, em conjunto com os autores citados, oferecemos um contraponto às leituras predominantes sobre as manifestações da agressividade na infância e que são marcadas pelo furor de encaixá-las em condições psicopatológicas que, no fim, servem para explicar a agressividade enquanto um comportamento “desadaptado”, pois, com a psicanálise, sabemos que a dimensão da falta não pode ser eliminada da existência humana, ainda que os ideais da época dissemelhem e valorizem os meios através dos quais seria possível criar seres humanos “perfeitos”. Entendemos que esse trabalho auxilia a pensar as famílias como foco de intervenções destinadas a privilegiar a escuta dos impasses encontrados na transmissão da falta, referentes ao modo singular com que cada uma delas se organiza perante esses desafios, visando a possibilidade de sustentar, junto às crianças, uma transmissão que, apesar de imperfeita, ou justamente por causa disso, seja humana.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maíra Lopes; PERFEITO, Helvia Cristine Castro Silva. O paradoxo contemporâneo em torno da criança: entre o excesso e o vazio. **PSICANÁLISE & BARROCO em Revista**, v. 17, n. 1, p. 206-223, Jul. 2019. DOI: <https://doi.org/10.9789/1679-9887.2019.v17i1.206-223>. Disponível em: <https://seer.unirio.br/psicanalise-barroco/article/view/9222>. Acesso em: 19 ago. 2025.

BERNARDINO, Leda Mariza Fischer; KUPFER, Maria Cristina Machado. A criança como mestre do gozo da família atual: desdobramentos da “pesquisa de indicadores clínicos de risco para o desenvolvimento infantil”. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. VIII, n. 3, p. 661-680, Set 2008. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482008000300005. Acesso em: 19 ago. 2025.

BIRMAN, Joel. Arquivo da agressividade em psicanálise. **Natureza Humana - Revista Internacional De Filosofia E Psicanálise**, v. 8, n. 2, p. 357-379, 2006. DOI: <https://doi.org/10.59539/2175-2834-v8n2-902>. Disponível em: <https://revistas.dwwe.com.br:443/index.php/NH/article/view/902>. Acesso em: 15 out. 2025.

BUECHLER, Flávia Tridapalli; KAMERS, Michele. A infância sob o fantasma dA-Criança: imperativos de gozo de nossa época. **Estilos da Clínica**, v. 25, n. 1, p. 123-134, 2020. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v25i1p123-134>. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282020000100010.

Acesso em: 29 out. 2025.

ENDO, Paulo Cesar. Um futuro sem origem: transmissão, autoridade e violência. In: ENDO, Paulo Cesar. **Psicanálise: confins:** memória, política e sujeitos sem direitos. São Paulo: Blucher, 2022. p. 201-214. *E-book*. Disponível em: <https://openaccess.blucher.com.br/article-list/9786555502558-550/list/#undefined>. Acesso em: 8 out. 2025.

FONSECA, Fernanda Lima; MARTINS, Luiz Paulo Leitão. A agressividade infantil no DSM: os diagnósticos e os seus efeitos subjetivos. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, v. 26, e211093, 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1415-4714.e211093>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rtpf/a/FNnDt7wDxLyVv8vRTQhBdBK/?lang=pt>. Acesso em: 29 out. 2025.

FONSECA, Fernanda Lima. **Os impasses da agressividade na infância:** dos discursos sobre a criança ao desejo parental. 2022. Tese (Doutorado em Teoria Psicanalítica) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. Trabalho original publicado em 2001.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011. Trabalho original publicado em 1930.

FREUD, Sigmund. Prefácio a Juventude Desorientada, de Aichhorn. In: FREUD, Sigmund. **Obras completas**, v. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 305-310. Trabalho original publicado em 1925.

KAMERS, Michele. **Da Criança a Matar à Morte da Criança:** Reflexões Psicanalíticas Sobre a Medicinação na Infância. 2018. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

KATZ, Ilana. Infâncias contra hegemônicas para descolonizar a psicanálise. In: GUERRA, André (org.). **O Mundo e o resto do Mundo:** Antíteses da Psicanálise. [e-book] n-1 edições, 2022. Disponível em: <https://www.n-1edicoes.org/infancias-contra-hegemonicadas-colonizar-a-psicanalise>. Acesso em: 21 jun. 2025.

KEHL, Maria Rita. Em defesa da família tentacular. In: GROENINGA, Giselle Câmara; PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Direito de família e psicanálise:** rumo a uma nova epistemologia. Rio de Janeiro: Imago, 2003. p. 163-176.

LACAN, Jacques. A agressividade em psicanálise. In: LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998. p. 104-126. Trabalho original publicado em 1948.

LACAN, Jacques. Nota sobre a criança. In: LACAN, Jacques. **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003. p. 369-370. Trabalho original publicado em 1969.

LACAN, Jacques. Os complexos familiares na formação do indivíduo. In: LACAN, Jacques. **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003. p. 29-90. Trabalho original publicado em 1938.

MAIA, Bruna Bortolozzi; OKAMOTO, Mary Yoko. Considerações psicanalíticas sobre narcisismo e parentalidade no contemporâneo: uma revisão de literatura. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 16, n. 2, e19759, 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.36298/gerais202316e19759>. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/gerais/article/view/51909>. Acesso em: 18 ago. 2025.

NEVES, Anamaria Silva. Família: conceitos e arranjos. In: NEVES, Anamaria Silva. **Família no singular, histórias no plural: a violência física de pais e mães contra filhos**. Uberlândia: EDUFU, 2008. Capítulo 1, p. 33-88.

QUINTELLA, Rogerio. As funções do pai: pensando a questão da autoridade na constituição do sujeito contemporâneo a partir de um estudo psicanalítico do ideal do eu. **Revista Subjetividades**, Fortaleza, v. 14, n. 2, p. 284-296, Ago. 2014. DOI: <https://doi.org/10.5020/23590777.14.2.284-296>. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692014000200011. Acesso em: 21 ago. 2025.

ROSA, Miriam Debieux; LACET, Cristine. A criança na contemporaneidade: entre saber e gozo. **Estilos da Clínica**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 359-372, jul./dez. 2012. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v17i2p359-372>. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282012000200012. Acesso em: 19 ago. 2025.

ROUDINESCO, Elisabeth. **A Família em Desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2003.

TEPERMAN, Daniela. Parentalidade para todos, não sem a família de cada um. In: TEPERMAN, Daniela; GARRAFA, Thais; IACONELLI, Vera (org.). **Parentalidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2024. p. 89-105.

XAVIER, Rejane Botelho Teodoro; FERREIRA, Cláudio Vital de Lima; PARAVIDINI, João Luiz Leitão. Adolescentes em conflito com a lei: função materna e transmissão do nome do pai. **Revista Mal-estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. XI, n. 1, p. 41-64, mar. 2011. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482011000100003. Acesso em: 12 set. 2025.